

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

DOMINGOS FRANCIULLI NETTO*

Juiz do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo

Sumário:

1. Noções. 2. Espécies. 3. Princípios. 4. Proteção ao portador de boa fé. 5. Obrigação cambiária de favor. 6. Garantia de circulação. 7. Literalidade e carturalidade. 8. Abstração. 9. Autonomia. 10. Solidariedade.

1. Noções

Cambial é o título de crédito que encerra ordem ou promessa de pagamento, a prazo ou a vista. Representa um valor a ser realizado ou materializado em dinheiro, em moeda circulante, ao ser exigida.

Dinheiro é a *mercadoria* universal,

por todos voluntariamente aceita para desempenhar a função de intermediária nas aquisições de outras mercadorias e na obtenção de serviços indispensáveis, satisfazendo as necessidades humanas no convívio social; é, ainda, o meio normal, se tem a consagração da lei.¹

Para S. Tomás de Aquino, que tinha a cabeça no céu mas os pés na terra, "o dinheiro, embora tenha apenas o caráter de útil, tem certa semelhança com a felicidade, porque tem também o caráter da universalidade, pois, tudo está sujeito ao dinheiro",² no plano estritamente material.

¹ Carvalho de Mendonça, *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, Freitas Bastos, 1934, vol. V, 2ª parte, p. 7.

² Koranyi, *O Pensamento de S. Tomas de Aquino*, Iris, 1959, p. 76.

O crédito, fruto da garantia (moral ou material) é promessa de direito com o tempo. O crédito com garantia real (hipoteca, por exemplo) é irmão espúrio do crédito propriamente dito (inspirado na confiança), ou, na apreciação de Majorana, "é uma forma híbrida de crédito".³

O crédito, por excelência, é o do direito obrigacional; no direito real, a obrigação é qualificada pela coisa ou pelo direito sobre a coisa em que se assenta.

Título de crédito é o documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo, cujos efeitos estão subordinados aos requisitos legais. Este conceito é extraído do art. 945 do Anteprojeto de Código Civil, inspirado em Vivante.⁴

2. Espécies

Os títulos de crédito são, pela própria natureza, a letra de câmbio e a nota promissória e os demais que lhe são assemelhados, por influência de Pontes de Miranda, são chamados de *cambiariformes*.⁵ Narra Paulo Restiffe Neto que, no direito brasileiro, os títulos de crédito existentes "chegam a 30, conforme minucioso estudo que vem desenvolvendo Félix Ruiz Alonso".⁶ Os títulos de crédito conhecidos em nosso direito, na relação de Rubens Requião, são os seguintes: *Letra de Câmbio* (Decreto 2.044, de 31.12.1908, alterado pelo decreto 57.663, de 24.1.1966, Lei Uniforme de Genebra); *Nota Promissória* (idem); *Cheque* (Decreto 2.591, 7.8.1912, alterado pelo Decreto 57.595, de 7.1.1966, Lei Uniforme de Genebra); *Duplicata Comercial* (Lei 5.474, de 18.7.1968, alterada pelo Decreto-lei 436, de 27.1.1969); *Duplicata de Serviço* (idem), *Debênture* (Decreto 177-A, de 15.9.1893, e Seção VII, da Lei 4.728, de 14.7.1965); *Conhecimento de Depósito* (Decreto 1.102, de 21.11.1903); *Warrant* (idem); *Conhecimento de Transporte* (Decreto

³ Carvalho de Mendonça, ob. cit., p. 50.

⁴ Rubens Requião, *Curso de Direito Comercial*, Saraiva, 2ª ed., p. 382.

⁵ *Tratado de Direito Privado*, Borsoi, 3ª ed., t. XXXIV, p. 55.

⁶ RT Informa, 1ª quinzena de 12/75, p. 19.

19.473, de 10.11.1930); *Letra Hipotecária* (Decreto 169-A, de 19.1.1890); *Cédula Rural Pignoratícia* (Decreto-lei 167, de 14.2.1967); *Cédula Rural Hipotecária* (idem); *Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária* (idem); *Nota de Crédito Rural* (idem); *Nota promissória Rural* (idem); *Duplicata rural* (idem); *Letra Imobiliária* (Lei 4.380, de 21.8.1964); *Certificado de Depósito Bancário* (Lei 4.728, de 14.7.1965); *Cédula de Crédito Industrial* (Decreto-lei 413, de 9.1.1969); *Nota de Crédito Industrial* (idem); *Ação de sociedade por Ações* (Decreto-lei 2.627, de 26.9.1940); *Partes Beneficiárias* (Decreto-lei 2.627, de 26.9. 1940, art. 31); *Bilhete de Mercadoria* (Lei 165-A, de 1890); *Cédula Hipotecária* (Decreto-lei 70, de 21.11.1966 e Resolução 228, de 4.7.1972, do Banco Central do Brasil); *Certificados de Depósitos em Garantia* (Lei 4.728, de 14.7.1965, art. 31) e, finalmente, *Certificado de Investimento* (Resolução 145, de 14.4.1970, do Banco Central do Brasil).⁷

3. Princípios

Dois são os princípios cardeais da teoria dos títulos de crédito: princípio de proteção ao portador de boa fé e o de garantia de circulação. Os princípios técnico-jurídicos, por seu turno, assim alinham-se: princípio da literalidade e carturalidade, da abstração, da autonomia e da solidariedade.

4. Proteção ao portador de boa fé

Portador de boa fé é o próprio credor ou o beneficiário imediato do título, que pensa ser este bom, assim como o é o terceiro beneficiário (geralmente endossatário), entendendo-se de boa fé não só o que desconhece a relação obrigacional que deu ensejo ao título (negócio fundamental), assim como aquele que, a despeito de a conhecer, a tem como lícita.

O direito cambiário, todavia, assenta sua pilastra básica na proteção ao terceiro de boa fé, exatamente para pôr a salvo aquele que,

⁷ Ob. Cit., pp. 394 e 5.

alheio às partes da causa subjacente, adjacente ou sobrejacente, se vinculou ao título pela sua natureza abstrata e em relação jurídica autônoma. Ao terceiro, a quem é transferido o título, não importam as relações anteriores, pois, com a própria transferência, passa ele a ser titular de relações distintas com os obrigados que o antecederam e seus avalistas e com o devedor principal e seus avalistas. A aparência do título sendo boa é o que basta. "A lei protege a aparência dos títulos de crédito e estes resguardam a boa fé e interesses de terceiros, que não podem ser prejudicados por meras alegações do devedor", cf. ementa de decisão do 1.º Grupo de Câmaras do Tribunal de Alçada Civil de S. Paulo, em acórdão relatado pelo Juiz Felizardo Calil.⁸ Ao direito cambiário compete, exatamente, defender essa aparência, em não estando o terceiro de má fé.⁹

5. Obrigação cambiária de favor

Não é diferente a solução, em se tratando de obrigação cambiária de favor, *id est*, "aquela assumida no título por pessoa que adota a posição de aceitante, sacador, emitente, endossado ou avalista sem ter a intenção de pagar no vencimento, mas apenas de facilitar a circulação do título em proveito de uma outra pessoa a quem presta o favor e com a qual não tem relação de crédito. A firma de favor é aposta ao título para emprestar crédito à pessoa favorecida, representando uma concessão de garantia, embora limitada, e geralmente para fins de desconto".¹⁰

A obrigação cambiária de favor, *per se*, não é nula. O favorecedor pode opor tal defesa, é claro, no caso de acionado pelo favorecido, posto não ter representado o título, entre as partes, operação de crédito propriamente dita, matéria, no entanto, inoponível perante terceiros.

⁸ RT 404/203.

⁹ RT 403/358.

¹⁰ Silva Pinto, *Direito Cambiário*, Forense, 1951, 2ª tir., p. 119.

Usada a obrigação cambiária de favor, sem intuito fraudulento, presta ela, às vezes, até mesmo bons serviços ao tráfego comercial. A linha divisória entre a licitude e ilicitude está demarcada pelo elemento subjetivo. Se houver conluio, para fraudar terceiros, é evidente que aí sim se configura não só o ilícito civil como também, eventualmente, o próprio ilícito penal.

6. Garantia de circulação

Este princípio, ao lado do da proteção ao portador de boa fé, é de grande importância, em face da inata vocação do título de crédito voltada para a circulabilidade.

A garantia da circulação, todavia, é benefício estabelecido em favor do credor e de todos os portadores que o sucederem, não cabendo ao sacado ou aceitante dificultar ou se opor à transferência do título. A cambial destina-se à circulação, desempenhando papel análogo ao dinheiro ou como veículo de crédito. "Chi firma una cambiale", diz Angeloni, "in qualsiasi veste, deve sapere che assume una obbligazione destinata a circolare".¹¹

Assim, uma vez apresentada a letra de câmbio ao sacado, este não pode recusar o aceite ou o pagamento ao portador, desde que legítima seja a situação deste, sob fundamento de discordar da transferência do título. Preceitua o art. 16 da Lei Uniforme que "o detentor de uma letra é considerado portador legítimo se justifica o seu direito por uma série ininterrupta de endossos, "mesmo se o último for em branco".

Como a circulação é proteção ao tomador, o sacador pode inserir a cláusula "não à ordem", hipótese em que qualquer transferência produz efeitos de cessão civil de crédito (art. 11, 1ª alínea, da Lei Uniforme). O endossador, por sua vez, pode proibir novo endosso, mas, nesse caso, a cambial é passível da transferência, sem perder sua

¹¹ La Cambiale e il Vaglia Cambiario, Ed. Giuffrè, 4ª ed., p. 23.

natureza, ocorrendo, apenas, que o endossador subscritor da cláusula só será responsável coobrigado perante o endossatário imediato e não perante as pessoas a quem a letra for posteriormente endossada (art. 15, 2ª alínea, da Lei Uniforme).

A cláusula "não à ordem" não é vedada pela natureza intrínseca da cambial, conquanto possa afetar sua função econômica.

Trata-se, como se vê, de exceção à regra geral e, como tal, a cláusula "não à ordem" (ou com outros dizeres, "sem transferência", "não circulável" etc.) deve ser expressa no próprio corpo da cártula. O princípio geral é o da transferência por via de endosso (art. 11 da Lei Uniforme).

Não interessa outrossim perquirir se sua inserção, por parte do sacador, seja proveniente de eventual imposição do sacado, por ter questão pertinente ao negócio subjacente e, portanto, extra-cambial.

O princípio da garantia da circulação é a matriz em que se enraíza o princípio jurídico da autonomia cuja confusão com a abstração deve ser de vez dirimida. Em outras palavras, em direito cambiário, cada relação jurídica que se forma, toda vez que ingressa no título novo figurante (nova assinatura), é independente e autônoma (não no concernente ao negócio subjacente), mas em confronto com as relações pessoais precedentes.

7. Literalidade e carturalidade

A cambial é literal, porque sua própria existência, conteúdo e modalidade dependem exclusivamente do teor do documento ou da cártula, vale o que está escrito ou, na feliz imagem de Whitaker, a cambial "exprime fielmente quanto vale, vale nominalmente quanto exprime".¹²

¹² *Letra de Câmbio*, Ed. Revista dos Tribunais, 6ª ed., p. 44.

"A cambial", perluastra Silva Pinto, "é um título completo, *per se stante*, porque deve bastar-se a si mesma, não se admitindo o recurso a outro documento para completar ou modificar o direito nela contido". Nesse sentido, diz que a obrigação cambiária é literal.¹³

8. Abstração

Na vida fática não é concebível a origem de uma obrigação absolutamente destituída de causa, o que não ocorre na realidade jurídica que, por ficção, a ignora, quando assim o quer. Causa aqui se emprega na acepção de negócio jurídico subjacente e não de causa-motivo ou causa-idéia.

Explica Gerscovich que a causa provoca a reação do documento; este, por sua vez, para compensar a necessidade de dela prescindir, apela para a forma.¹⁴

Ainda o mesmo ensaísta refere-se à abstração material em contraposição à abstração processual. Na última, a obrigação presume-se, cabendo ao devedor a prova de falta de causa ou da falta de justa causa.¹⁵

O título é abstrato não porque inexistente obrigação jurídica fundamental, mas sim porque desta se desligou. Por este motivo é que não deve ser feita qualquer alusão à relação jurídica que o antecedeu (empréstimo, doação, compra e venda etc). Se eventualmente for feita a menção, apesar dela, a abstração subsiste, por ser inerente ao título, posto que, nunca é demais lembrar, o direito cambiário é imperativo e singular. Em se tratando de cambial, a abstração existe sempre e não é determinada em cada caso concreto.

A abstração, contudo, deixa de existir, no momento em que se confrontam "as próprias partes pessoalmente interessadas e

¹³ Ob. cit., p. 5.

¹⁴ *La Abstracción Cambiaria*, Ed. Pannedille, Argentina, 1970.

¹⁵ Gerscovich, ob. cit., pp. 31 e ss.

reciprocamente comprometidas", segundo Paulo de Lacerda, depois de esclarecer que a defesa fundada no direito pessoal do réu contra o autor (art. 51 do Decreto 2.044, não revogado pela Lei Uniforme), conquanto prevista na lei cambiária, se fundamenta no direito civil ou comercial, por perder, no particular, o rigor cambiário a sua razão de assim o ser posto que o rigor tem em vista a circulação e, portanto, terceiros. Em enumeração meramente enunciativa, alinha, além das possíveis em qualquer processo cambiário, as seguintes defesas pessoais, em ação ou execução direta: má fé; erro; simulação; dolo; fraude e violência; causa ilícita; falta de causa; condição ou contrato não cumprido; pagamento; novação; compensação; substituição; confusão; remissão; dilação; e, concordata. Para o mesmo autor, as defesas genéricas, sejam quais forem as posições cambiárias das partes, taxativamente são: 1) embargos de matéria processual: a) nulidade do processo; b) excesso de penhora; 2) embargos à ação cambiária: a) defeito de forma do título; b) falta de requisito necessário à ação cambiária.¹⁶

Conforme idéias originais de Vivante e Wieland, citados por J. Garrigues, em trecho da monografia de Gerscovich, "a cambial é negócio jurídico causal e abstrato ao mesmo tempo, em função da distinta posição em que se encontra o devedor, segundo seja demandado pela pessoa com quem contratou na relação subjacente, ou ante um terceiro, portador do título".¹⁷

Como a cambial é instrumento de crédito e sucedâneo da moeda, passível de ser convertida em dinheiro a qualquer tempo, conserva em seu âmago a fungibilidade própria do dinheiro, razão pela qual o devedor declara na cártula que pagará não por causa disso ou daquilo, mas simplesmente que se compromete a pagar.

¹⁶ *A Cambial no Direito Brasileiro*, Ed. J. R. Santos, 4ª ed., pp. 431-433.

¹⁷ Ob. cit., p. 24.

Preleciona Rubens Requião que "é bom acentuar que a obrigação abstrata ocorre apenas quando o título está em circulação, isto é, *quando põe em relação duas pessoas que não contratarem entre si, encontrando-se uma em frente da outra, em virtude apenas do título*", cerne da teoria de Vivante.¹⁸

Observe-se, contudo, que a abstração existe sempre, no terreno do Direito material, por tratar-se de negócio jurídico unilateral que, por força de lei imperativa, da causa subjacente se abstrai.

"Quando se estabelece a relação jurídica de obrigação" — a distinção é de Pontes de Miranda — "e o titular da pretensão exerce a pretensão ou propõe a ação, já o título deixou de circular, e o obrigado ou demandado pode alegar e tem de provar o que lhe assiste contra o titular da pretensão ou da ação.

Não vem à tona a causa, como erradamente se tem dito. O que o obrigado ou demandado faz vir a exame é o que tem contra a afirmativa de ser sujeito passivo da relação jurídica de dívida ou de obrigação, ou porque não existe o negócio jurídico unilateral, que se lhe atribui, ou porque não vale ou não é eficaz, ou porque a relação jurídica da dívida não se estabeleceu, ou porque não nasceu a relação jurídica de obrigação, ou aquela ou essa não é eficaz".¹⁹

Defesas processuais ou materiais que atinjam o próprio título (defeito de forma, de conteúdo, falta de registro, prescrição etc.), os demandados, todos as têm. Defesas de direito material, resultantes da pessoa do apresentante ou demandante, que façam aflorar para análise o negócio jurídico subjacente, só podem ser oponíveis, por quem dela participar, matéria, contudo, não contagiante em relação a obrigados que se não encontrarem na mesma situação, dependente sempre de prova concludente e estreme de dúvida para ser agasalhada.

¹⁸ Ob. cit, p. 384.

¹⁹ Ob. cit., t. XXXIV, pp. 209 e 210.

Perquirida a relação de Direito substantivo subjacente, por quem e contra quem possa ser invocada, tal fato não basta por si só para tornar ineficaz a relação cambiária. Poderá impedir, eventualmente, o uso de determinada ação ou do processo de execução por título extrajudicial, o que é diferente. Seu simples exame ou mera referência, no entanto, não tem o condão de transmutar a feição das coisas. Chamada à colação a causa subjacente, para o deslinde da controvérsia, faz-se mister provar inconcussa de sua própria ineficácia para atingir a relação cambiária. Nem se deve puramente negar o direito de invocar a causa subjacente por quem a tem e contra quem pode ser argüida, como também não se deve levar isso às últimas consequências, com a aceitação dessa alegação *ab hoc et ab hac*.

9. Autonomia

A autonomia existe porque o direito de cada titular deve ser independentemente considerado em relação aos titulares precedentes, pois aquele não é atingido por eventuais exceções pessoais que a estes possam ser opostas. O Excelso Supremo Tribunal Federal, no RE 64.131, CE rel. pelo Min. Osvaldo Trigueiro, frisou que "a obrigação do avalista é sempre autônoma e independente. O avalista não pode valer-se, contra outrem, de exceção pessoal do avalizado, somente podendo alegar direito próprio".²⁰ Em acórdão que pode ser tido como padrão de vasta e tranqüila jurisprudência, o 2.º Grupo de Câmaras Cíveis, do Tribunal de Alçada de S. Paulo, nos embs. infrs. 51.595, relatado pelo Juiz Jonas Vilhena, agora Desembargador, asseverou que "a autonomia da obrigação cambial consista em não poder o devedor opor a terceiro, *accipiens*, a falta de titularidade do *tradens*, desde que aquele não esteja de má fé".²¹

10. Solidariedade

²⁰ RTJ 47/205.

²¹ RT 378/312.

O princípio da solidariedade está expressamente consagrado no art. 47 da Lei Uniforme.

Na cambial pode haver solidariedade comum e solidariedade cambiária, a última também chamada de imprópria ou, no conceito de Pontes de Miranda, solidariedade *solta*.²²

Dá-se a solidariedade comum quando existem, por exemplo, dois tomadores (solidariedade ativa). O pagamento a qualquer um deles extingue a obrigação e a composição ulterior entre os credores é matéria extracambiária (cada um fará jus à parte que lhe tocar, consoante regras do direito civil). Ainda é comum, v.g., a existência entre dois aceitantes (solidariedade passiva). Os signatários estão no mesmo plano, no mesmo grau. O portador poderá exigir o pagamento de um ou de outro ou de ambos. Se o aceitante **A** adimplir a obrigação, extinta estará a dívida e o outro aceitante, **B**, não terá qualquer obrigação perante o credor. Como **A** irá cobrar a parte de **B**, não interessa ao direito cambiário.

Assim, pode ocorrer em havendo simultaneidade ou pluralidade de endossadores, de endossatários, de avalistas etc. Desde que estejam no mesmo grau e no mesmo plano, a solidariedade entre eles é comum, regida pelo direito civil ou comercial.

A solidariedade cambiária, por sua vez, vive em estrita consonância com o princípio da autonomia e o portador tem o direito de exigir o cumprimento por inteiro da promessa contida na promissória ou da ordem contida na letra de câmbio de qualquer obrigado, tenha este a posição que tiver, individual ou coletivamente.

São devedores solidários perante o portador todos aqueles que se responsabilizaram cartularmente: sacadores, aceitantes, endossadores e avalistas.

²² Ob. cit., t. XXXIV, p. 151.

Para acionar qualquer dos supra-referidos, em separado ou em conjunto, não está o portador adstrito a observar a ordem através da qual eles se obrigaram. O mesmo direito possui qualquer um dos signatários da letra de câmbio, quando a tenha pago, a menos que seja aceitante, já que o pagamento do devedor principal libera todos os demais vinculados à cambial.

Supõe-se que uma letra de câmbio apresente os seguintes figurantes nela envolvidos: **S** = sacador; **T** = tomador (e endossador); **E** = endossatário; **AT1** = avalista do endossador; **AT2** = avalista do endossador; **A** = aceitante; **AA1** = avalista do aceitante e **AA2** = avalista do aceitante.

Por ocasião do vencimento, **E**, portador do título na posição de endossatário, tirou o protesto. Poderão ocorrer várias hipóteses, entre as quais estas em frente serão evidenciadas: 1ª **A** paga o título. Conseqüências: todos os demais obrigados (diretos e de regresso) ficam liberados. 2ª **AA1** paga o título. Conseqüência: todos os obrigados (diretos e de regresso) ficam liberados perante **E**. **AA1** pode exigir o *quantum* pago por inteiro a **A** (solidariedade cambiária). **AA1** e **AA2**, em não tendo **A** satisfeito a **AA1**, deverão compor-se pelo direito comum (solidariedade comum). 3ª **T** paga o título. Conseqüência: só ficam liberados os obrigados regressivos **AT1** e **AT2**. **T** poderá depois compor-se, exigindo o pagamento *in totum*, a sua escolha, do obrigado regressivo **S** ou dos obrigados diretos, **A**, **AA1** e **AA2**, em conjunto ou separadamente (solidariedade cambiária). 4ª **S** paga o título. Conseqüência: ficam liberados **T**, **AT1** e **AT2**. Poderá **S** ressarcir-se agindo contra os obrigados diretos, individual ou coletivamente. 5ª **AT1** paga. Conseqüência: poderá demandar o pagamento integral de qualquer um dos restantes que não **AT2**. Todos são, com exceção de **AT2**, responsáveis perante **AT1** (solidariedade cambiária). Se não lograr êxito, só restará a **AT1** reaver do **AT2** a parte deste na obrigação e por aquele paga (solidariedade comum).

Cada signatário é devedor dos signatários a ele posteriores e credor dos que o antecederam (solidariedade cambiária). Entre os signatários da mesma espécie, do mesmo grau (co-aceitantes, co-avalistas etc), o reembolso do devedor pagante deverá ser feito de acordo com as regras ordinárias. O avalista tem direito de cobrar do emitente a quantia a que foi chamado a responder como co-obrigado.²³ Para haver a sua parte na obrigação, o avalista que paga o título, por não o ter feito o emitente, contra o outro co-avalista, deve ser usada a ação comum.²⁴

As diferenças entre a solidariedade comum e solidariedade cambiária foram bem sintetizadas por Cignoli:

em caso de solidariedade comum, o devedor que paga tem ação contra todos os co-devedores solidários, para haver de cada um a respectiva cota, ao passo que, no caso de solidariedade cambiária, o devedor pagante só pode agir contra os co-obrigados anteriores, mas para cobrar-se da soma integral que despendeu e não apenas de cotas-partes na dívida comum; na cambial, os devedores só podem opor exceções pessoais ou fundadas no próprio documento, ao passo que os devedores solidariamente obrigados em direito comum podem opor outras defesas além das pessoais. Além disso, a prescrição é individual em relação às obrigações cambiárias e interrompe-se em relação a cada obrigado do cambiário. A prescrição da obrigação de um dos signatários da cambial não libera os demais e o mesmo se deve dizer da novação, da remissão, da confusão, da compensação etc.²⁵

Em síntese, a solidariedade cambiária rege-se pelos princípios cambiários: a comum, pelo direito civil ou pelo direito comercial, conforme o caso.

No que se refere à solidariedade aplicada ao protesto cambiário, com a boa doutrina encontra-se Nelson Abrão ao comentar que

“solidários que são todos os obrigados (sacador, aceitante, endossantes ou avalistas) para com o portador. L. U., art. 47”. “ ... o

²³ RT 403/401.

²⁴ RT 375/130.

²⁵ Silva Pinto, ob. cit., pp. 12 e 13.

protesto produz efeitos *erga omnes*, isto é, em relação a todos os co-obrigados, sendo, pois, inconcebível a destinação pessoal da *protestatio litterarum*”,²⁶ observação feita a propósito da desnecessidade de ser tirado protesto com notificação pessoal de avalista do cambial.

Adverta-se, porém, de passagem, que o nome do avalista irá figurar, necessariamente, do instrumento de protesto, dada a necessidade de transcrição literal do título. O protesto é do título e não de pessoas.²⁷

²⁶ RDM, Ed. Rev. dos Tribs., 15/16/115.

²⁷ RDM, Ed. Rev. dos Tribs., ano XII, 1973, 9/151.